

Quero ainda tecer algumas palavras, já lhes digo que serei breve, até porque já dei meu compromisso e juramento de continuar meu trabalho no Ministério Público em defesa do estado democrático de direito e de uma sociedade justa e solidária. Aqui começa uma nova fase, onde não me aquietarei. Até porque o dia que eu me aquietar é porque a morte bateu na minha porta.

Mas quero dizer que vim de Santarém, nascido à beira do Rio Tapajós, de lá trago meus traços indígenas, entrelaçados com o sangue negro quilombola trazidos de Inhangapi de minha avó Chiquinha de quem herdei o sobrenome Macieira. Com seis anos cheguei em Belém, foi amor à primeira vista, e entre seus cheiros, paladares, mangueiras e águas da baía do Guajará, fiquei, criei raízes, constitui família e construí minha carreira profissional. E mesmo tendo viajado a vários lugares e experimentado outros sabores é aqui que me sinto bem. Dos prêmios e honrarias que recebi o que mais gosto é o de "Cidadão de Belém" dado pela Câmara Municipal, " Bembelelém, Viva Belém! Nortista gostosa, eu te quero bem" como dizia Manuel Bandeira.

Ah minha Belém, como te queria ver bem.

Como queria estar plenamente feliz hoje. Ainda mais depois de ser tão bem saudado pelos prezados colegas Manoel Murrieta e Hamilton Salame, que pela bondade e coleguismo exageraram um pouco nos meus predicados.

Mas os últimos tristes dias de violência e insegurança em minha cidade é que me impedem disto.

Aonde chegamos? Para onde vamos?

E quando olhamos para além de Belém, vemos no Brasil muitas outras cidades em situações semelhantes.

segundo o Professor da Universidade de Cambridge Manuel Eisner, que coordenou pesquisa sobre violência no mundo, estamos na contramão da maioria dos países do ocidente e da Ásia onde as taxas de criminalidade nos últimos anos caiu em mais de trinta por cento. Para esse estudioso o Brasil vive um processo de descivilização, agravado pelos altos índices de corrupção e má gestão da coisa pública. Segundo o mesmo estudo "Períodos de crise econômica por si só não são suficientes para aumentar taxas de homicídio. Há mais evidência sugerindo relação entre conflito e violência criminal com períodos em que toda a elite política é notada como não confiável, corrupta e

oportunista. Pode ser que a atual expansão do crime organizado no Brasil seja facilitado pelo cinismo que as pessoas sentem pelo Estado", diz o estudo, ou seja, temos que ter instrumentos mais eficazes para combater o crime organizado e a corrupção, e outro aspecto: combater a falta de planejamento e má gestão de nossos administradores, principalmente na implantação e efetividade de políticas públicas na área da educação, saúde pública, transporte e assistência social, o que aumenta a vulnerabilidade e pobreza da população, facilitando a cooptação de muitos cidadãos para o crime organizado e marginalidade.

Vemos que no Direito, grandes esperanças recaem, sobre as determinações normativas acerca de uma política pública inclusiva quando são promulgadas. O fato de o Estado legalmente adotá-las, se, por um lado, parece demonstrar o cuidado institucional para com as necessidades da população, por outro, também requer uma análise mais profunda e cuidadosa da forma como essa política tem podido encontrar aplicação. Não basta, é claro, a adoção formal de uma política de inclusão, é também necessário implementá-la de forma consistente. A consistência de uma política (no dizer de Pierre Muller e Ives Surel) só pode ser efetivamente alcançada mediante o constante acompanhamento crítico de sua implementação, pois só assim os problemas de percurso podem ser identificados e, com isso, buscar-se tratá-los da forma adequada. Isso, inclusive, é um dos papéis mais relevantes do Ministério Público: acompanhar a efetividade dessas políticas e programas gestados pelo Estado.

Outrossim, passamos neste novo milênio pela complexidade das relações sociais, agravada pelas obscuras e instantâneas tecnologias e por um meio ambiente em constante mutação e deterioração. E nessa Complexidade analisada por Edgar Morin, precisamos ter uma visão e atitude transdisciplinar, intersetorial, que abranja todos os aspectos da realidade e problemática que atinge aquela sociedade, aquela comunidade. Necessário ter uma intercomunicação entre as ciências, entre os saberes, entre as diversas instituições, para juntos encontrarmos soluções efetivas que atendam a todos, indistintamente, sem deixar ninguém ou nenhum grupo para trás.

Neste aspecto, é preciso discorrermos que não excluir é a igualdade, no sentido formal, estatuída como princípio no art.5º, caput, da Constituição Federal, afirmando a concepção de que todos devem ser respeitados e tratados

igualmente. Para Ronald Dworkin, esta concepção se trata da igualdade de consideração e respeito requerida mutuamente entre todos os indivíduos. Ela cria também o alicerce das ações políticas e determina projetos governamentais para garantir essa igualdade ou diminuir as desigualdades existentes, diminuindo os conflitos e a violência. É propriamente a partir desse direito básico à igualdade que ele justifica os outros direitos legislativos, econômicos, políticos etc. E no nosso caso, essa concepção de igualdade, num primeiro momento, justifica o direito à inclusão de todos com políticas que perpassam pela garantia de oportunidades, segurança pública, saúde, educação, assistência social e etc.

Mas entendemos, aproveitando ainda as lições de Dworkin, quando na obra *A Matter of principle*, ele sustenta a idéia de igualdade como ideal político que requer igual respeito e consideração recíprocos a e de todos, e é precisamente por isso que o igualitarismo liberal exige que "o governo trate a todos aqueles que estão sob sua responsabilidade *igualmente* na distribuição de algum recurso de oportunidade". Como verificamos, Dworkin sustenta que certas condições mínimas devem ser garantidas pelo Estado para que os cidadãos realizem seus projetos existenciais. Não adianta nada o Estado garantir princípios e regras para inclusão e políticas sociais no ordenamento jurídico, se o mesmo Estado que o regulamenta, não dá as ferramentas e recursos necessários para realização dessas normas aos seus cidadãos. Ou o que é pior, subverte essas normas para beneficiar certos grupos ou setores privilegiados da sociedade em detrimento do interesse comum.

O que resumidamente estamos já falando é da manutenção do estado democrático de direito e ordem social. Precisamos os cidadãos de bem, as instituições responsáveis pelo cumprimento da Constituição e seus princípios fundamentais, como o é o Ministério Público, envidar esforços para instrumentalizar medidas que garantam a preservação do mínimo existencial para uma vida digna e o combate às práticas deletérias que põe em risco a ordem e a paz social.

Para isso precisamos ter compromisso para procurar soluções efetivas que nos levem a superar este estado de coisas.

Eu não quero fugir pra Europa, Pros States, ou para as Montanhas , como diz Lenio Streck. Quero fazer como fez Mandela e seu povo na resistência ao Apartheid, como Churchill e o povo inglês quando enfrentou Hitler, na segunda guerra mundial, e com sacrifícios e dedicação o venceu .

Não quero desistir, nem negociar com os inimigos, quero lutar, enfrentar o problema, superar, achar saídas plausíveis e factíveis, e continuar em minha terra, junto com meu povo, aonde eu me criei, plantei, arei e colhi. Aqui na cidade das mangueiras, aqui no Pará.

Quero ter esperança de dias melhores, como Rubem Alves assim diz:

“Esperança é o oposto de otimismo. Otimismo é quando, sendo primavera do lado de fora, nasce a primavera do lado de dentro. Esperança é quando, sendo seca absoluta do lado de fora, continuam as fontes a borbulhar dentro do coração.”

É isso, ainda borbulha no meu coração a esperança de ver Belém, Meu Pará e meu País em dias melhores, com seu povo vivendo em paz, com dignidade, oportunidade, civilidade e plena cidadania.

Obrigado!